

BOLETIM DE FINANÇAS PÚBLICAS

Nº 03 – Julho / 2017



Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cella de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Francisco de Queiroz Maia Júnior – Secretário

Antônio Sérgio Montenegro Cavalcante – Secretário adjunto

Júlio Cavalcante Neto – Secretário executivo

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Diretor Geral

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos

Cláudio André Gondim Nogueira – Diretor de Estudos de Gestão Pública

Autores:

Paulo Araújo Pontes (IPECE)

Adriana Oliveira Nogueira (CGE)

Cláudio André Gondim Nogueira (IPECE)

Catarina da Silva Araújo (IPECE)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geosocioeconômicas e da assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

Valores

Ética e Transparência; Autonomia Técnica; Rigor Científico; Competência e Comprometimento Profissional; Cooperação Interinstitucional e Compromisso com a Sociedade.

Visão

Ser uma instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

Apresentação

O Boletim de Finanças Públicas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) apresenta, de forma sucinta, o comportamento das finanças públicas cearenses dos últimos doze meses, podendo ser utilizado como uma referência na tomada de decisão tanto de agentes públicos como privados.

É ainda um instrumento de consulta para os cidadãos cearenses e outros interessados na situação das contas públicas do Estado do Ceará. Sua frequência é mensal, o que permite um acompanhamento contínuo e pormenorizado das finanças públicas estaduais.

Para essa análise foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR e todos os valores foram atualizados pelo IPCA do último mês considerado.

O Boletim será normalmente dividido em cinco blocos, sendo o primeiro destinado a um sumário executivo, o segundo às notas metodológicas, o terceiro à análise das receitas, o quarto às despesas e o quinto a uma breve descrição do cenário nacional, que é um importante condicionante da economia estadual. Além dessas divisões, de acordo com a disponibilidade dos dados, a cada dois meses será adicionado um bloco com o resultado primário e, a cada quatro meses, será inserido outro bloco referente à dívida pública estadual.

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO, 3

NOTAS METODOLÓGICAS, 5

RECEITAS CORRENTES, 6

DESPESAS CORRENTES E DE INVESTIMENTOS, 12

RESULTADO PRIMÁRIO, 19

CENÁRIO MACROECONÔMICO E PERSPECTIVAS, 21

Sumário Executivo

Conforme os dados mais recentes disponíveis indicam, o crescimento da Receita Corrente Líquida dos últimos doze meses deve-se a receitas não recorrentes nos meses de novembro e dezembro de 2016. Também contribuiu para esse crescimento a arrecadação de ICMS em julho de 2017, que foi impulsionada pelo Refis promovido naquele mês. Entretanto, deve-se observar que a RCL dos seis primeiros meses de 2017 está abaixo daquela verificada em idêntico período de 2016.

Por outro lado constatou-se que, apesar da pequena queda na RCL do primeiro semestre de 2017, as despesas correntes do Governo do Estado cresceram 1,4%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Dessa forma, reforça-se o alerta, que foi mencionado nos últimos dois boletins, da necessidade de um contínuo monitoramento da situação fiscal do Estado, especialmente no que se refere ao controle da despesa corrente.

Quanto às receitas correntes do Estado, três fatos chamam atenção. O primeiro refere-se ao significativo impacto do lançamento do Refis em junho de 2017, permitindo que contribuintes pudessem pagar valores em atraso do ICMS e de outros impostos. O segundo fato é o comportamento dos repasses do FPE, que tem sido sistematicamente superiores aos de 2016. Por fim, o terceiro fato foi que, em junho de 2017 foi pago a última parcela do IPVA e, portanto, não se espera que esse tributo contribua de forma significativa para a arrecadação estadual nos próximos meses.

No tocante às despesas, continuam merecendo destaque aquelas com inativos, por estarem crescendo mais rápido que as com ativos, sendo isso um possível indício de que está havendo um incremento na quantidade de pedidos de aposentadoria dos servidores do Estado. Como o gasto com inativos é considerado no cálculo dos limites da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) é possível intuir que o Estado passará a contar com um número cada vez menor de pessoal ativo para atender as necessidades da população.

Tabela 1: Resumo dos indicadores fiscais, valores acumulados nos últimos doze meses (R\$1.000,00 de jun./2017)

Discriminação	jul./2015 a jun./2016	jul./2016 a jun./2017	Δ%
Receita Corrente Líquida	17.207.811	18.345.383	6,61
ICMS	9.234.868	9.081.622	-1,66
FPE	4.876.846	5.383.840	10,40
IPVA	654.119	674.491	3,11
Despesa Correntes	18.253.946	18.518.402	1,45
DTP	7.514.084	7.430.382	-1,11
Despesa com pessoal ativo	6.292.502	5.914.157	-6,01
Despesa com pessoal inativo e pensionistas	1.955.755	2.025.015	3,54
Despesas com Terceirizações	1.399.315	1.363.619	-2,55
Juros e Amortizações	1.344.513	1.252.027	-6,88
Investimentos	2.499.714	2.005.839	-19,76
Resultado Primário	1.105.416	-949.498	-

Fonte: SEFAZ/S2GPR.

Tabela 2: Resumo dos indicadores fiscais, valores acumulados no ano (R\$ 1.000,00 de jun./2017)

Discriminação	Acumulado no Ano		Δ%
	Até jun./2016	Até jun./2017	
Receita Corrente Líquida	9.003.834	8.977.899	-0,29
ICMS	3.718.851	3.644.664	-1,99
FPE	2.179.022	2.247.926	3,16
IPVA	555.759	575.299	3,52
Despesa Correntes	8.492.463	8.610.506	1,39
DTP	3.419.052	3.444.518	0,74
Despesa com pessoal ativo	2.925.490	2.803.909	-4,16
Despesa com pessoal inativo e pensionistas	902.161	953.091	5,65
Despesas com Terceirizações	622.530	495.702	-20,37
Juros e Amortizações	699.670	619.029	-11,53
Investimentos	941.501	754.262	-19,89
Resultado Primário	1.022.422	850.078	-

Fonte: SEFAZ/S2GPR.

Finalmente, a análise das previsões dos principais indicadores macroeconômicos permite concluir que os especialistas de mercado, de maneira geral, permanecem razoavelmente otimistas em relação à performance da economia brasileira em 2017 em comparação com os dois anos anteriores, apesar da incerteza elevada decorrente da crise política e de outros fatores. Se a economia apresentar sinais mais claros de recuperação nos próximos meses, abre-se, então, a perspectiva de melhorias nas finanças públicas federais e, principalmente, nas do Ceará, uma vez que já se encontram em melhor situação relativa que as do País.

Notas Metodológicas

Nesse Boletim de Finanças Públicas pretende-se apresentar de forma sucinta o comportamento das finanças públicas cearenses dos últimos doze meses, podendo ser utilizado como uma referência na tomada de decisão tanto de agentes públicos como privados. Pretende-se ainda que ele sirva de instrumento de consulta para os cidadãos cearenses e outros interessados na situação das contas públicas do Estado do Ceará. Sua frequência é mensal, o que poderá permitir um acompanhamento pormenorizado das finanças públicas estaduais.

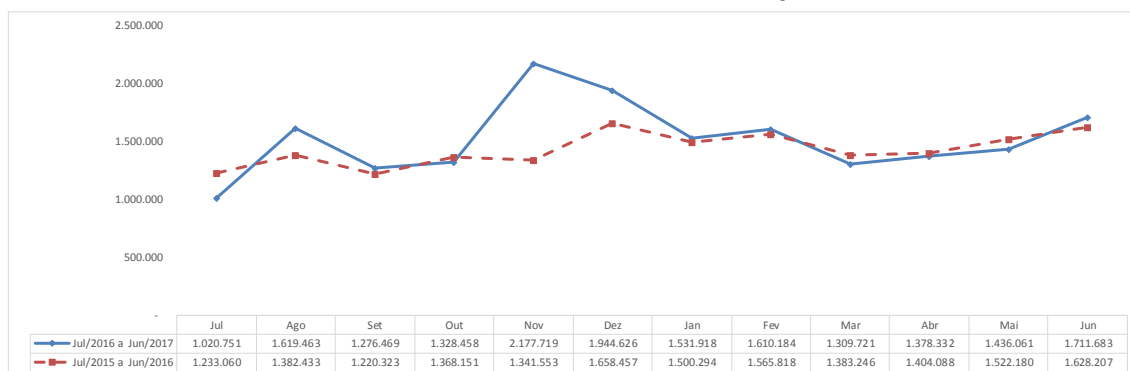
Para as análises foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR, da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), e todos os valores foram atualizados pelo IPCA do último mês da série. Para o cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL) e da Despesa Total com Pessoal (DTP) foi utilizado o método empregado nos relatórios fiscais da SEFAZ. Relativamente a DTP não foi considerado o gasto com pessoal via Consórcio de Saúde Pública, cujas informações não constam no sistema da S2GPR, sendo, portanto, a DTP apresentada uma aproximação daquela informada nos Relatórios de Execução Orçamentária (RREO).

Deve-se ainda observar que todos os valores apresentados nesse relatório foram atualizados a preços do último mês do período, assim deve-se alertar que eles diferem daqueles constantes nos relatórios apresentados pela SEFAZ, como os da RCL e os limites com despesa de pessoal, pois esses últimos apresentam valores correntes.

Receitas Correntes

O comportamento da Receita Corrente Líquida (RCL) do estado do Ceará, no período de julho de 2016 a junho de 2017, é apresentado na Figura 1, destacando-se também a sua trajetória no período imediatamente anterior, ou seja, no interregno iniciado em julho de 2015 e finalizado em junho de 2016.

Figura 1: Receita Corrente Líquida dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de jun./2017)



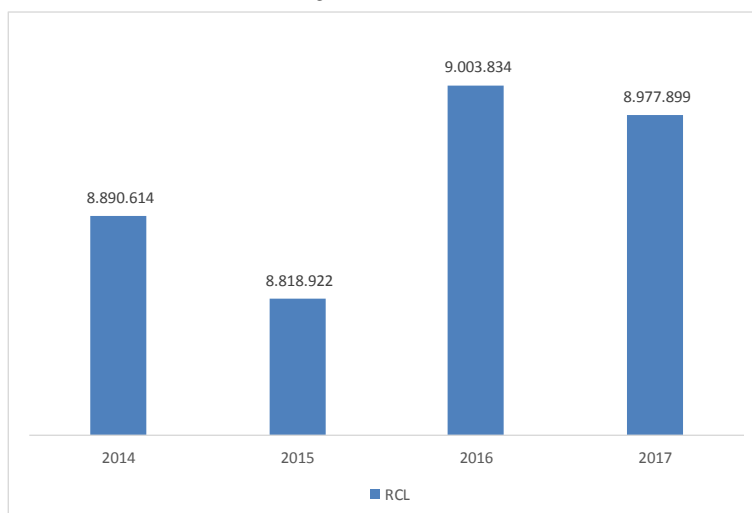
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Do período em análise pode-se constatar que a RCL, dos últimos doze meses, foi de R\$ 18,3 bilhões e, para os doze meses anteriores, foi de R\$ 17,2 bilhões, isto é, houve um incremento real de 6,1% da RCL entre os dois períodos. Na Figura 1 constatam-se dois fatos interessantes, sendo o primeiro o significativo incremento do indicador nos meses de novembro e dezembro de 2016, quando comparado ao ano anterior, e de que no último mês da série a Receita Corrente Líquida está em um nível superior ao observado um ano antes.

O primeiro fato acima elencado é decorrente das receitas extraordinárias com a arrecadação do ITCD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos), em novembro de 2016, e o incremento do FPE (Fundo de Participação dos Estados) no final de 2016. Quanto ao segundo fato, observa-se que em junho, após três meses seguidos, houve um incremento, relativamente a idêntico mês do ano anterior, da RCL, sendo isso, como será visto em seguida, uma consequência do incremento das receitas de ICMS e IPVA.

Já na Figura 2 é apresentado o valor acumulado das receitas correntes no primeiro semestre do ano, sendo possível constatar que o ano de 2017 têm apresentado um volume de receitas muito próximo ao de 2016, isto é, a RCL acumulada de 2017 está, apenas, 0,3% abaixo da registrada em 2016. Se a comparação for com o ano de 2014 contata-se que a RCL, de 2017, está 1,0% superior à daquele ano.

Figura 2: Receita Corrente Líquida acumulada até junho (R\$ 1.000,00 de jun./2017)

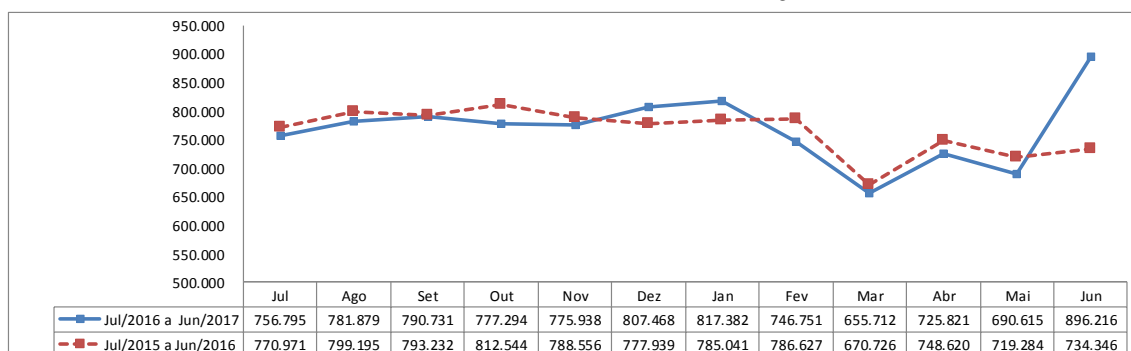


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: Para o cálculo da RCL foram consideradas as receitas e as deduções acumuladas até o mês de abril de cada ano.

A principal fonte de receita corrente do estado do Ceará é a arrecadação de ICMS que, como se pode verificar na Figura 3, em apenas três meses, no período de julho de 2016 a junho de 2017, apresentou receitas superiores àquelas observadas no período anterior. Entretanto, houve um crescimento real de 0,4% quando se compara os dois períodos. Esse resultado foi consequência do significativo incremento da arrecadação desse imposto em junho de 2017, frente a idêntico mês do ano anterior. A principal explicação desse fato é o lançamento de um novo programa de refinanciamento (REFIS) de dívidas tributárias no referido mês. Quanto a tendência do comportamento dessa receita deve-se observar que o impacto do REFIS inviabiliza análises sobre seu comportamento.

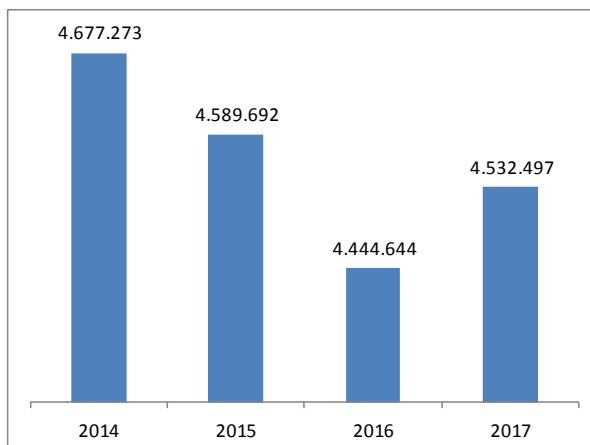
Figura 3: Arrecadação de ICMS dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de jun./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Quanto à arrecadação acumulada até junho, cujos dados são apresentados na Figura 4, constata-se que a arrecadação de ICMS em 2017 está R\$ 87 milhões acima da verificada em 2016. Esse resultado foi influenciado pelo crescimento de R\$ 167 milhões da arrecadação no mês de junho de 2017, comparativamente ao verificado doze meses antes, que, como mencionado anteriormente, foi uma decorrência do REFIS.

Figura 4: Arrecadação de ICMS acumulada até maio (R\$ 1.000,00 de jun./2017)

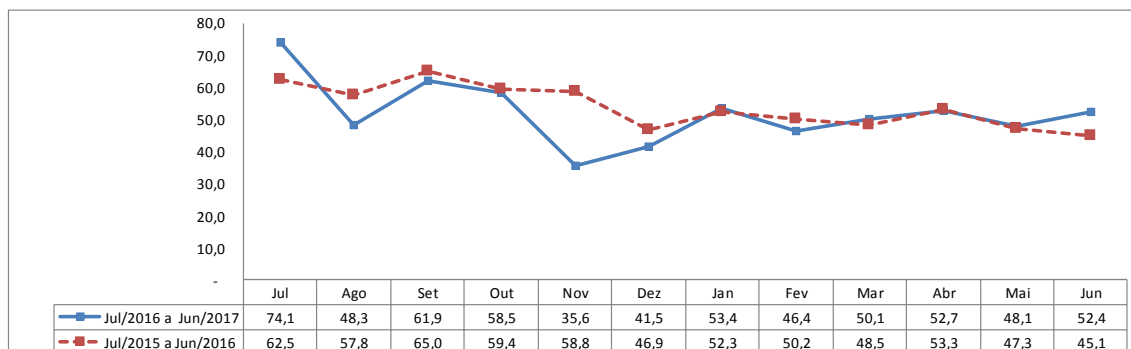


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Ademais, analisando-se a arrecadação de ICMS, mês a mês, em relação à RCL do período, pode-se verificar por meio do indicador de Independência Fiscal o grau de autonomia da principal receita própria do Estado para o financiamento de suas despesas. Esse indicador é construído de tal forma que, quanto mais próximo de 100%, melhor.

No caso, na figura 5 é apresentada a evolução do indicador de Independência Fiscal nos últimos doze meses, de jul./2016 a jun./2017 e, também de jul./2015 a jun./2016. Comparando os resultados obtidos verifica-se que não se apresentam variações significativas nos dois períodos analisados, demonstrando certa constância em torno de 50%. Cabe destacar que em jun./2017 apresentou um indicador de 52,36% bem superior ao mesmo mês do ano anterior, que foi de 45,10%. E ainda, merecem destaque os meses de julho e setembro do ano anterior que ultrapassaram 60%.

Figura 5: Independência Fiscal dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (%)

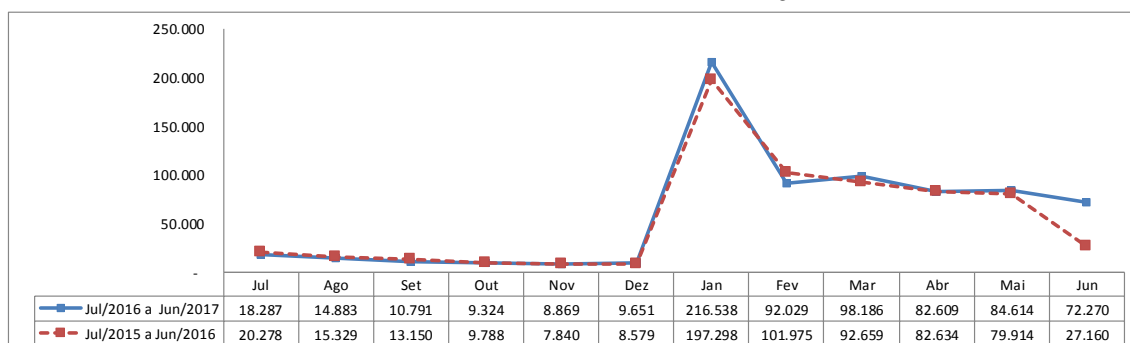


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Quanto à arrecadação de IPVA pode-se observar, na Figura 6, que ela, nos últimos doze meses, cresceu 9,4% em termos reais quando se compara ao período anterior, ou seja, a arrecadação teve um incremento de R\$ 61,4 milhões (a preços de junho/2017) entre os dois períodos. É interessante observar que as arrecadações de janeiro, março, maio e junho de 2017 contribuíram significativamente para esse desempenho. O aumento da arrecadação do IPVA em junho de 2017 pode ser explicado tanto pelo fato de, nesse ano, ter-se possibilitado o pagamento desse imposto em cinco parcelas (fevereiro a

junho) como a possibilidade dos devedores desse imposto poderem negociar seus débitos com o REFIS, mencionado anteriormente.

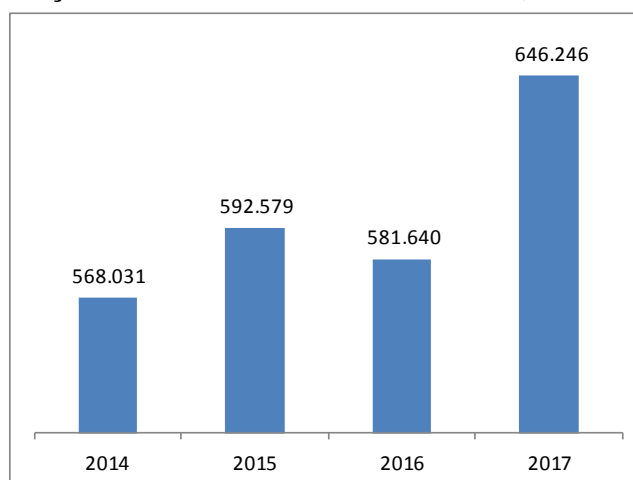
Figura 6: Arrecadação de IPVA dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de jun./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Comparando-se o desempenho dos seis primeiros meses do ano, conforme a Figura 7 observa-se que a arrecadação de IPVA cresceu, em termos reais, 11,1% em 2017, quando se compara com idêntico período de 2016. Uma explicação para o incremento da arrecadação de IPVA foi a mudança de suas alíquotas, no ano de 2015, que passaram a valer no ano de 2017¹ e o programa de parcelamento de débitos fiscais (REFIS), em 2017.

Figura 7: Arrecadação de IPVA acumulada até maio (R\$ 1.000,00 de jun./2017)



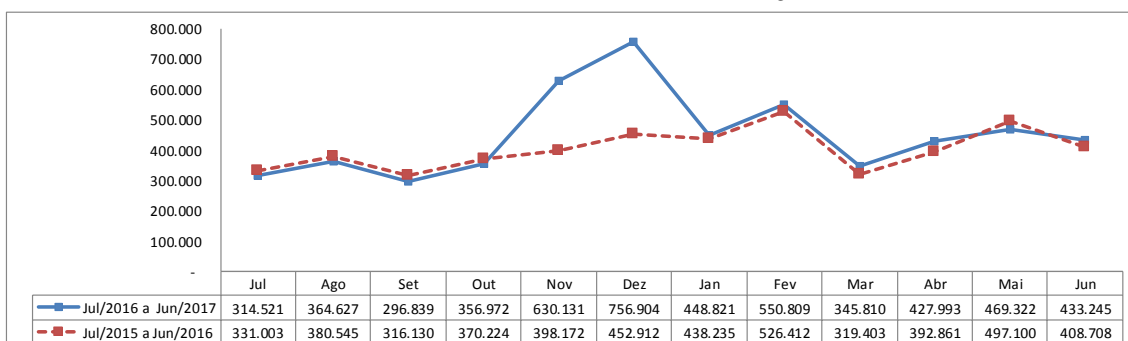
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

A segunda maior fonte de receita corrente do estado do Ceará são os recursos transferidos pela União do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que é constituído por uma fração da arrecadação de Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Como se pode observar na Figura 8, os valores transferidos entre novembro de 2016 e abril de 2017 são superiores àqueles observados em idênticos meses do período anterior. Assim, as transferências acumuladas nos últimos doze meses superam àquelas do período imediatamente anterior em 11,7%, ou seja, as transferências tiveram um incremento superior a R\$ 564 milhões. Esse aumento é devido, principalmente, aos recursos arrecadados com a repatriação de recursos ocorridas no

¹ <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/novas-aliquotas-do-ipva-sao-para-2017-diz-sefaz-1.1435641>

final de 2016, que objetivava promover a regularização de ativos mantidos no exterior por brasileiros.

Figura 8: Receitas transferidas do FPE dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de jun./2017)

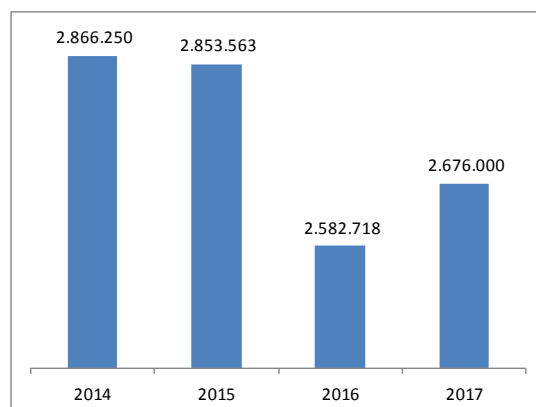


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Um fato preocupante, relacionado ao FPE, foi a queda da arrecadação federal em maio de 2017, que se fez sentir nos repasses da União para o Ceará nesse mês. Como é possível verificar na Figura 8, os repasses de maio de 2017 foram inferiores aos de maio de 2016 em R\$ 27,7 milhões, representando uma queda real de 5,6%. Destaque-se que boa parte dessa queda, R\$ 24,5 milhões, foi revertida no mês de junho de 2017.

Relativamente às transferências acumuladas nos seis primeiros meses do ano constata-se, via inspeção da Figura 9, que há um sensível incremento da arrecadação de 2017, quando se compara com 2016, de 3,6%. Entretanto, deve-se frisar que as transferências de 2017 ainda estão 6,6% inferiores àquelas observadas em 2014.

Figura 9: Receitas transferidas pelo FPE acumuladas até maio (R\$ 1.000,00 de jun./2017)



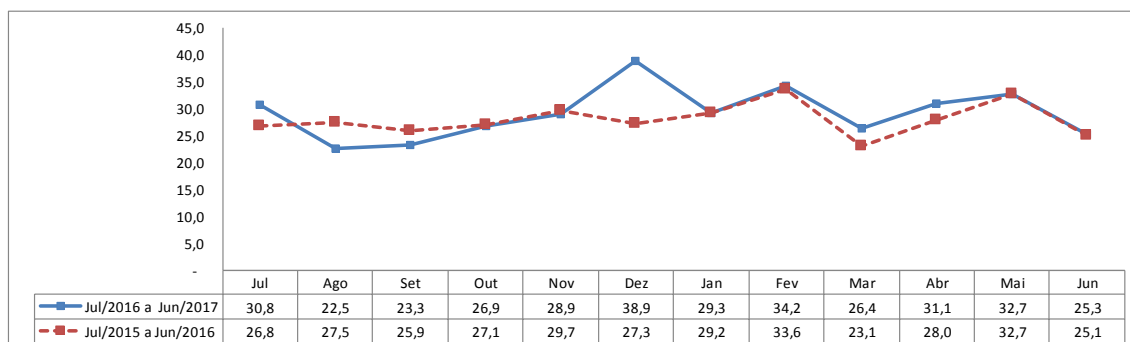
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Adicionalmente, comparando o volume de recursos transferidos através do FPE, mês a mês, em relação à RCL do período, pode-se apurar através do indicador de Dependência Fiscal para financiamento das despesas.

No caso, na Figura 10 é apresentada a evolução do indicador de Dependência Fiscal nos últimos doze meses, de jul./2016 a jun./2017, assim como no período de jul./2015 a Jun./2016. Comparando seus resultados verifica-se uma constância em torno de 30%. Contudo, podem-se destacar os meses de agosto e setembro de 2016, que apresentaram indicador mais próximo de 20%. E ainda, em jun./2017 o indicador apresentou uma

queda em relação aos dois últimos meses do mesmo ano, o que pode ter sido ocasionado devido ao incremento de arrecadação tributária do Estado com o Refis.

Figura 10: Dependência Fiscal dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior



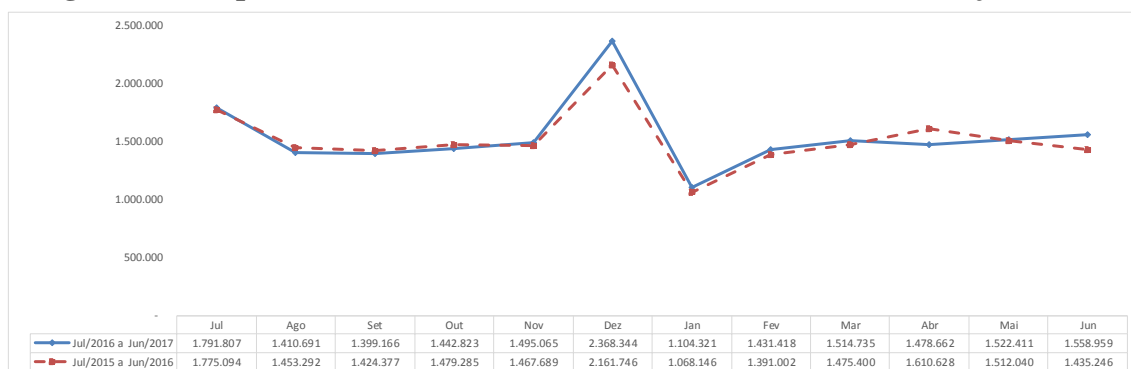
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Dado o exposto anteriormente, conclui-se que o desempenho da arrecadação do IPVA e dos repasses do FPE foram cruciais para mitigar os efeitos da queda da arrecadação do ICMS até o mês de maio de 2017, tendo o REFIS, lançado em junho de 2017, contribuído sensivelmente para a recuperação das receitas de ICMS. Destaque-se ainda que, em junho de 2017, não se verificou nova redução das receitas do FPE. Além disso, deve-se atentar para o fato de que em junho foi paga a última parcela do IPVA 2017, ou seja, não se espera que essa fonte continue contribuindo de forma significativa para a recuperação da arrecadação estadual.

Despesas Correntes e de Investimentos

Esta parte do Boletim de Finanças Públicas destina-se à análise das despesas do estado do Ceará, sendo, na Figura 11, apresentado o comportamento das despesas correntes dos últimos doze meses, de julho de 2016 a junho de 2017, comparativamente aos doze meses anteriores, de julho de 2015 a junho de 2016. Como se pode observar na referida figura, as despesas correntes nos últimos doze meses estão um pouco acima àquelas observadas nos doze meses anteriores (a preços de junho/2017). De fato as despesas correntes dos últimos doze meses registraram um incremento real de 1,4% quando comparado ao período anterior.

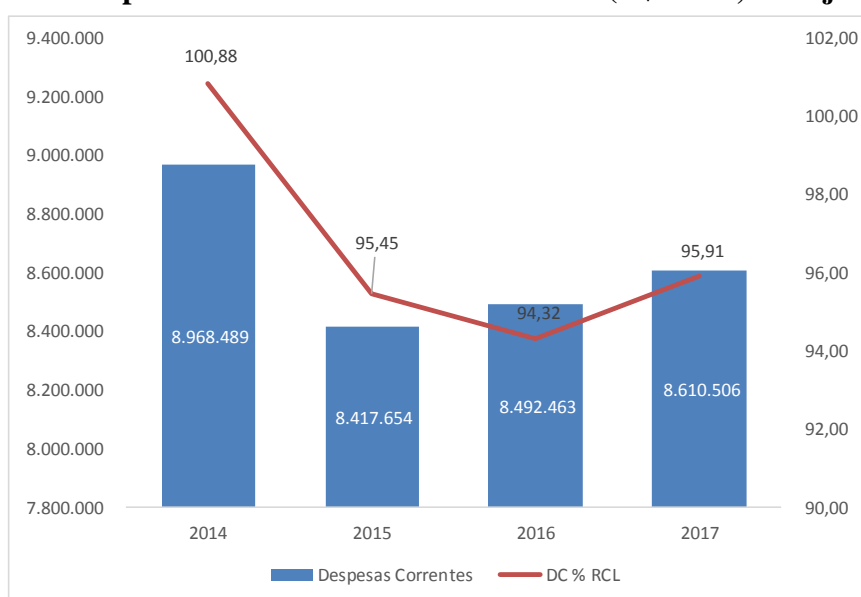
Figura 11: Despesa Corrente dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de jun./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Ao observar-se o acumulado nos seis primeiros meses do ano, cujos dados são apresentados na Figura 12, constata-se que as despesas correntes, em 2017, estão 1,4% superiores às de 2016, entretanto elas ainda estão 4,0% inferiores às de 2014. Observa-se, portanto, que, ao longo dos quatro últimos anos, a despesa corrente do Estado subiu mais do que a RCL, cujo crescimento, como destacado anteriormente, foi de 1,0% entre 2014 e 2017. Constata-se, ainda, que a despesa corrente do Poder Executivo do Estado corresponde a aproximadamente 95,9% da RCL acumulada até junho de 2017.

Figura 12: Despesa Corrente acumulada até maio (R\$ 1.000,00 de jun./2017)

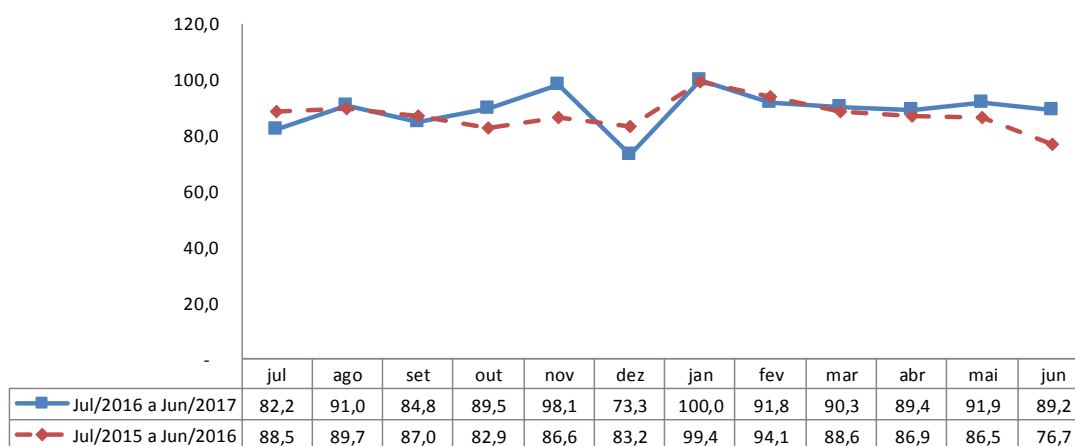


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Analisa-se, também, as despesas pelo enfoque do indicador de Rigidez das Despesas como objetivo identificar a flexibilidade das despesas de custeio em relação à despesa total. Consideram-se como Despesas de Custeio os gastos com pessoal, o serviço da dívida (juros, encargos financeiros e amortizações) e outras despesas correntes. Quanto mais esse indicador se aproximar de 100%, mais preocupante será, pois, demonstra um maior comprometimento das despesas com as receitas.

Na Figura 13 é apresentada a evolução do indicador de Rigidez das Despesas nos últimos doze meses, de jul./2016 a jun./2017 e ainda para o período de jul./2015 a jun./2016. Comparando os resultados, verifica-se que em muitos meses esse indicador situou-se acima de 90%, principalmente no início de 2017. Podem-se destacar os meses de julho e setembro de 2016, quando o indicador ficou próximo de 80%. Por outro lado, apesar de dez./2016 apresentar um percentual de apenas 73,34% no mês seguinte, jan./2017, o indicador foi de 100%.

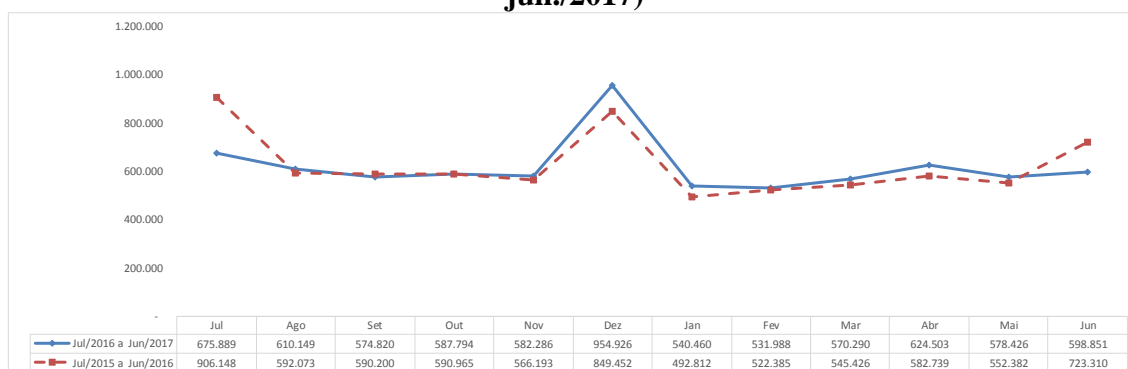
Figura 13: Rigidez das Despesas dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (%)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

A principal despesa corrente do estado do Ceará é o gasto com pessoal, cujas informações são apresentadas na Figura 14. No caso, essas despesas totalizaram, nos últimos doze meses, R\$ 7,35 bilhões, valor 4,9% superior ao observado nos doze meses anteriores.

Figura 14: Despesa Total com Pessoal dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de jun./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

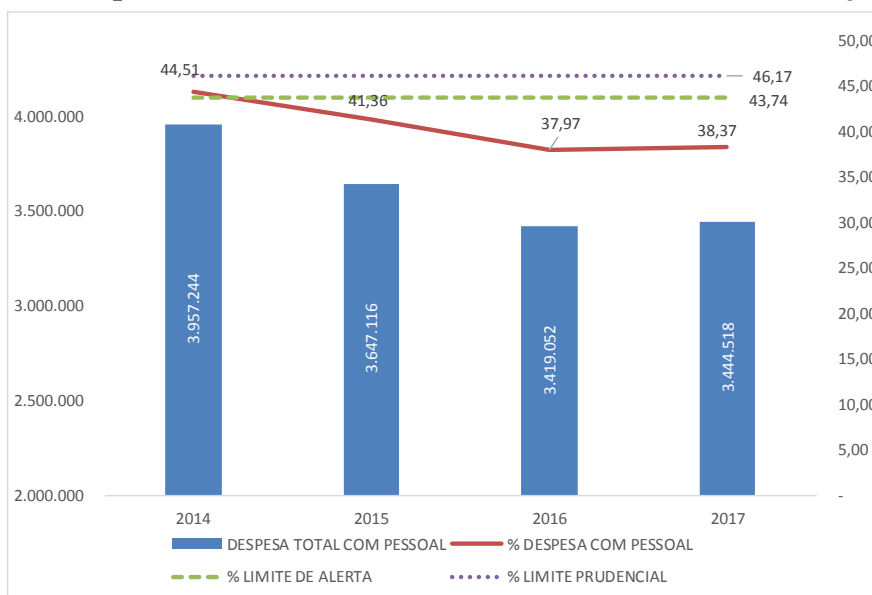
Obs.: As despesas de pessoal pagas por Consórcio de Saúde Pública não foram consideradas nesse relatório, dado que elas não constam no sistema S2GPR.

Relativamente aos limites da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), nos últimos doze meses, a Despesa Total com Pessoal (DTP) representou 40,48% da RCL, valor bem inferior ao limite de alerta (43,74% da RCL). No período imediatamente anterior o indicador representava 43,52% da RCL. Deve-se considerar que as receitas não recorrentes, no final de 2016, contribuíram para essa significativa redução da razão entre a DTP e a RCL².

É interessante observar que a DTP dos meses de abril e maio de 2017 estão 5,9% superiores àquelas observadas doze meses antes. Uma possível explicação para esse fato são os fatores elencado no Boletim de Finanças Públicas de Maio, que são os seguintes: a revisão geral dos vencimentos dos servidores estaduais de 2%, aprovada no mês de março; convocação de 1.400 candidatos, aprovados no concurso da Polícia Militar; e a aprovação de ajuste salarial dos policiais militares e dos agentes do Corpo de Bombeiros. Pode-se, portanto, afirmar que essas medidas já estão impactando as despesas com pessoal do Estado. Reforça-se, assim, a necessidade de um estreito acompanhamento dessas despesas, mensurando-se sistematicamente seu comportamento.

Quanto às despesas com pessoal acumuladas até junho, observa-se na Figura 15 que em 2017 elas estão 0,8% superiores, em termos reais, às verificadas em 2016. Entretanto, elas ainda estão 12,9% abaixo daquelas verificadas em 2014³. Considerando-se o nível de comprometimento da despesa com pessoal, relativamente a RCL, conta-se que elas estão relativamente abaixo do nível de alerta da LRF. Esse resultado, para os seis primeiros meses do ano, é esperado dado que ainda não tinham sido pagos os valores relativos ao 13º salário dos servidores públicos.

Figura 15: Despesa com Pessoal acumulada até maio (R\$1.000,00 de jun/2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

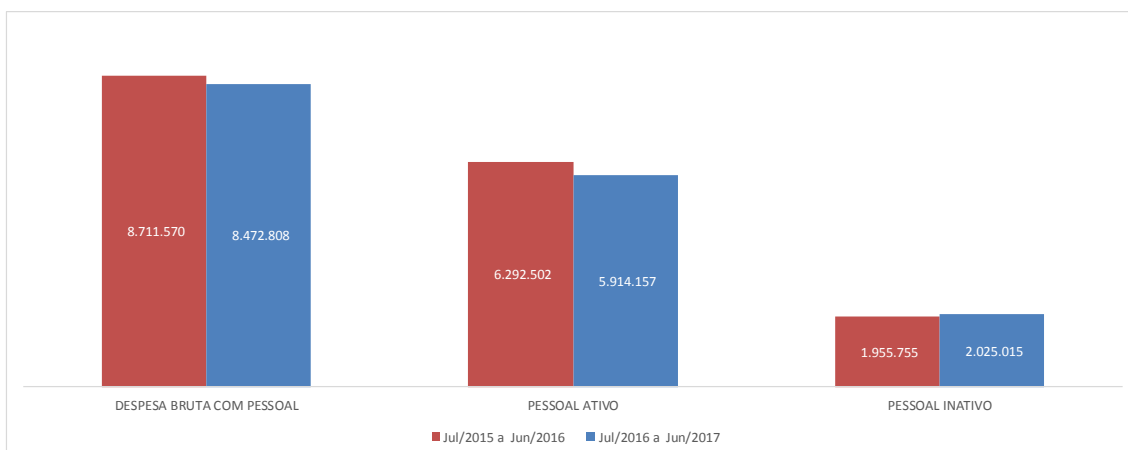
Obs.: As despesas de pessoal pagas por Consórcio de Saúde Pública não foram consideradas nesse relatório, dado que elas não constam no sistema S2GPR.

² Deve-se lembrar, mais uma vez, que esses valores diferem daqueles reportados no RREO divulgado pela SEFAZ devido os valores utilizados nesse boletim estarem a preços constantes.

³ Em 2014 a primeira metade do 13º salário foi paga em junho.

Quanto à despesa com pessoal, deve-se observar que seus dois principais componentes são a despesa com pessoal ativo e inativo que, conforme pode-se verificar na Figura 16, apresentam comportamentos distintos. Nesse sentido, observa-se que enquanto a despesa com pessoal ativo caiu 1,1%, as despesas com pessoal inativo cresceram 3,5%, quando se comparam os últimos doze meses com o período imediatamente anterior.

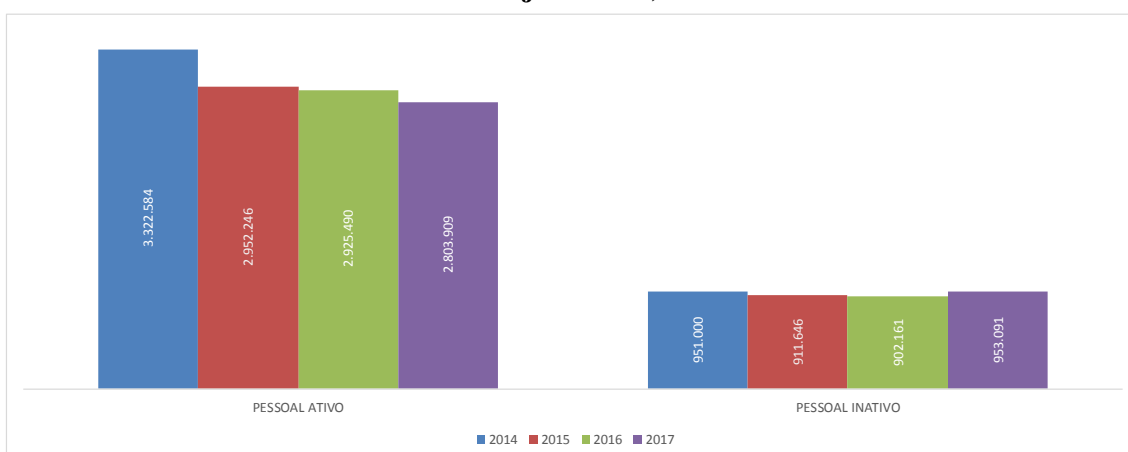
Figura 16: Despesa com Pessoal Ativo e Inativo dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de jun./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Essa tendência de queda do gasto com pessoal ativo pode ser observada também quando se comparam os gastos até junho dos últimos quatro anos, ou seja, a despesa com ativos caiu 15,6%, entre 2014 e 2017, enquanto a despesa com pessoal inativo, apesar de um ligeiro decréscimo em 2016, aumentou em 0,2% (ver a Figura 17). Dado o maior crescimento do gasto com pessoal inativo torna-se necessário um constante monitoramento da evolução dessa despesa visando adotar medidas que garantam a sustentabilidade da previdência estadual.

Figura 17: Despesa com Pessoal Ativo e Inativo acumulada até junho (R\$ 1.000,00 de jun./2017)

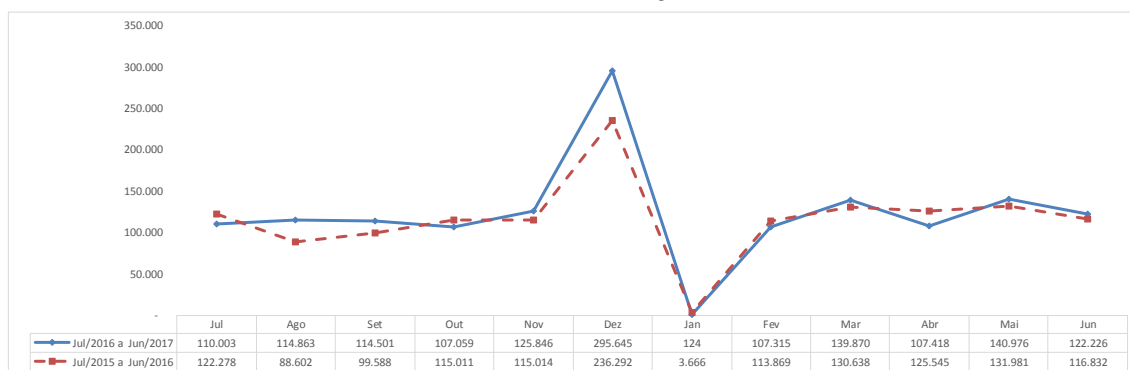


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Outra importante despesa corrente do Governo do Estado do Ceará refere-se à locação de mão de obra que, nos últimos doze meses, de acordo com a Figura 18, alcançou a cifra de R\$ 1,49 bilhão, valor este 6,2% superior ao verificado nos doze meses

anteriores. Destaque-se que esse valor equivale a 8,1% da RCL do período, repetindo o mesmo percentual observado nos doze meses anteriores.

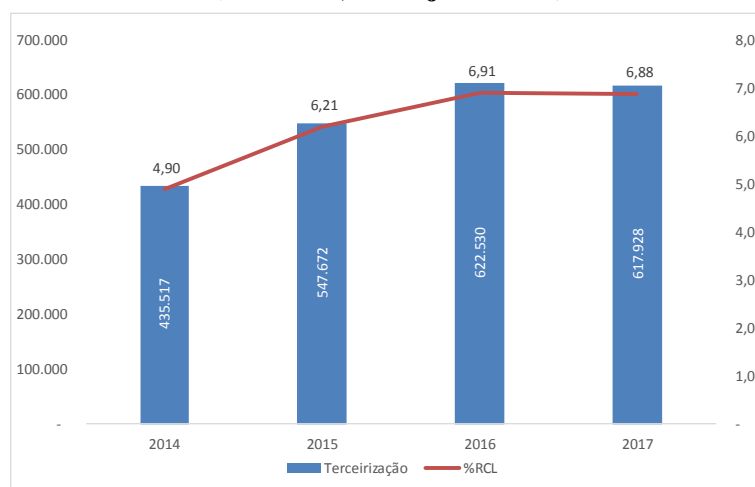
Figura 18: Despesa com Locação de Mão-de-obra e Serviços dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de jun./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Quando o período de comparação são os seis primeiros meses de cada ano, conforme os dados apresentados na Figura 19, constata-se que as despesas com locação de mão-de-obra cresceram 41,9% entre os anos de 2014 e 2017, tendo, em 2014, representado 4,9% da RCL e, em 2017, 6,88% da RCL.

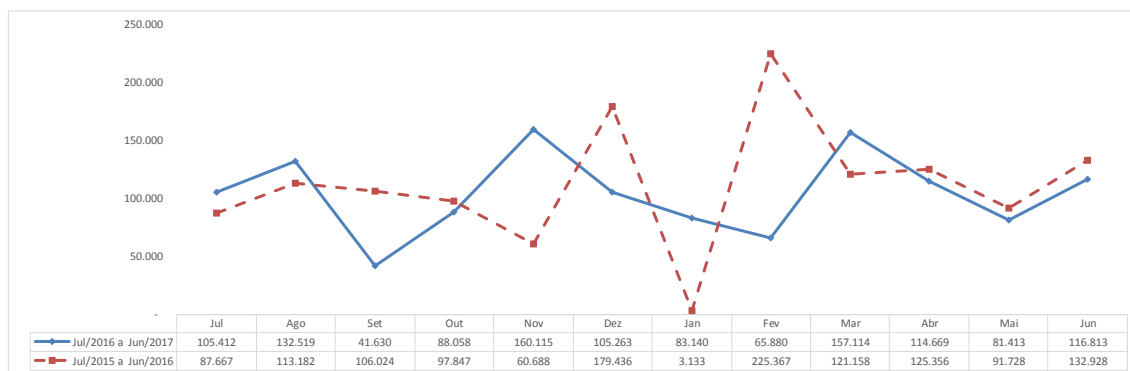
Figura 19: Despesa com Locação de Mão-de-obra e Serviços acumulada até maio (R\$ 1.000,00 de jun./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

O Governo do Estado do Ceará, nos últimos doze meses, pagou a título de juros e amortizações de sua dívida um total de R\$ 1,25 bilhão (a preços de junho de 2017), o que representou 6,8% da RCL do período. Esse montante foi 6,9% inferior ao observado nos doze meses anteriores, quando foi pago R\$ 1,34 bilhão, comprometendo 7,8% da RCL. O limite com essa despesa foi estabelecido pela Resolução 43/2001 do Senado Federal, e não pode exceder 11,5% da RCL.

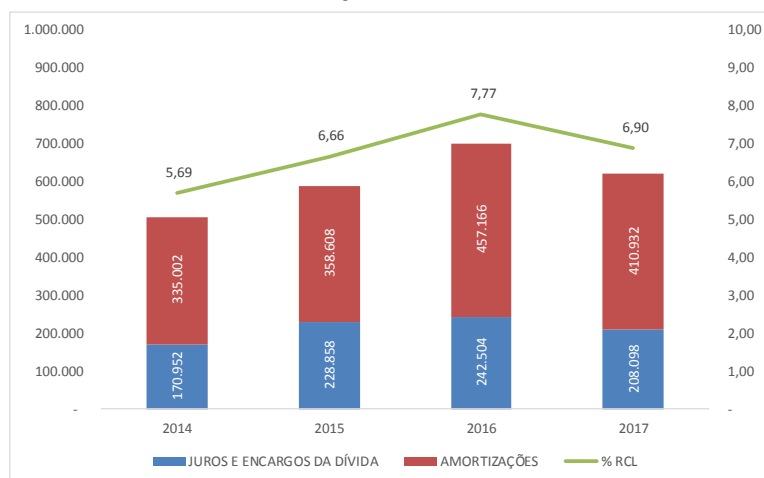
Figura 20: Despesas com Juros e Amortizações (R\$ 1.000,00 de jun./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

No acumulado de janeiro a junho, constata-se, como pode ser visto na Figura 21, que a despesa com pagamento de Juros e Amortizações apresentou um padrão de crescimento entre os anos 2014 e 2016, havendo um declínio nos pagamentos dessas rubricas em 2017. Essas despesas representaram 5,7%, em 2014, e 6,9%, em 2017, da RCL acumulada no período. A redução no pagamento de juros e amortizações em 2017 pode estar relacionada à variação cambial do período, dado que parte da dívida pública estadual foi contratada com entidades estrangeiras. Pode se dever, também, às reduções que a taxa Selic vem sofrendo desde o final de 2016.

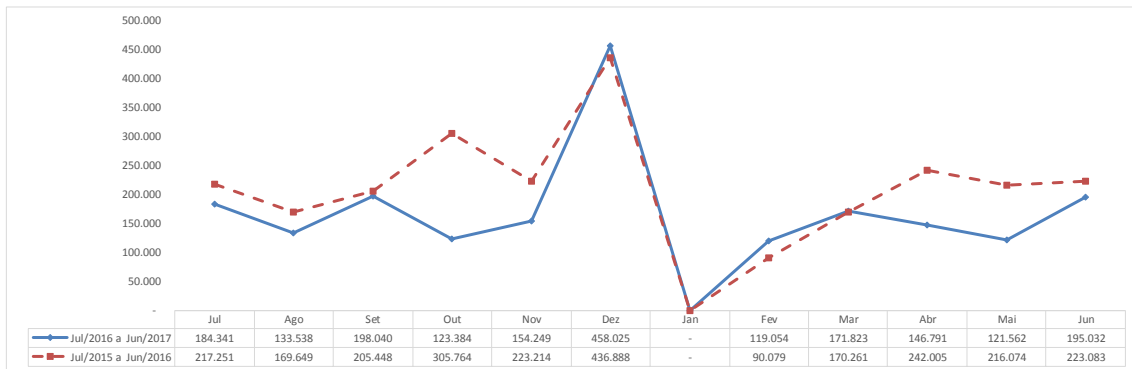
Figura 21: Despesa com Juros e Amortizações acumuladas até maio (R\$ 1.000,00 de jun./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

O comportamento, nos últimos doze meses, do último gasto analisado nesse Boletim, a despesa de investimento, que é uma despesa de capital, é apresentada na Figura 22. Como é possível apurar na referida figura, os investimentos dos últimos doze meses foram sistematicamente inferiores aos dos doze meses anteriores, representando uma redução de R\$ 493 milhões, ou 19,8% a menos, em termos reais, do que fora investido no período imediatamente anterior.

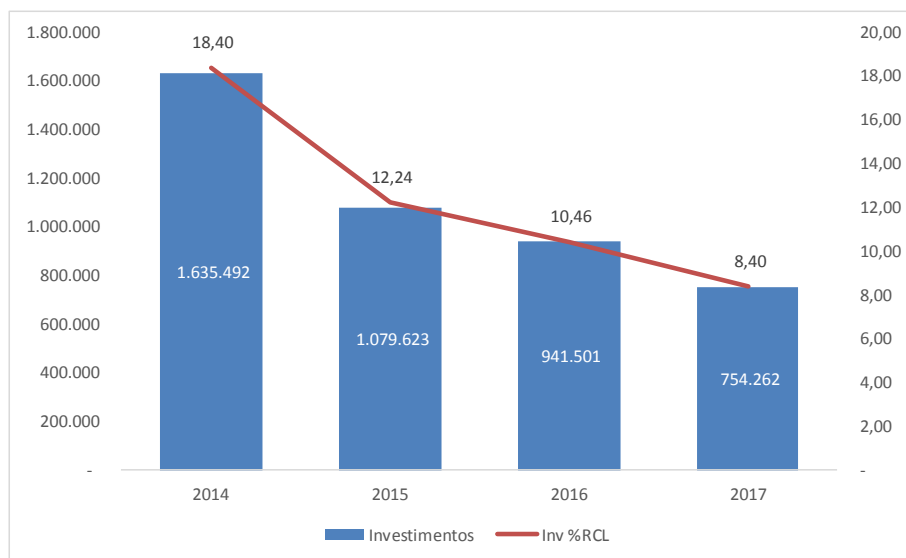
Figura 22: Investimentos dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de jun./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Se a análise se detiver nos seis primeiros meses de cada ano, conforme a Figura 23, observa-se que os investimentos do estado do Ceará acumulados em 2017 estão em um nível inferior ao dos anos anteriores. Consta-se, ainda, que as despesas com investimentos, até junho de 2017, representaram 8,4% da RCL acumulada no ano. Esse nível é significativamente inferior ao verificado em 2014 (18,4% da RCL).

Figura 23: Investimentos acumulados até maio (R\$ 1.000,00 de jun./2017)



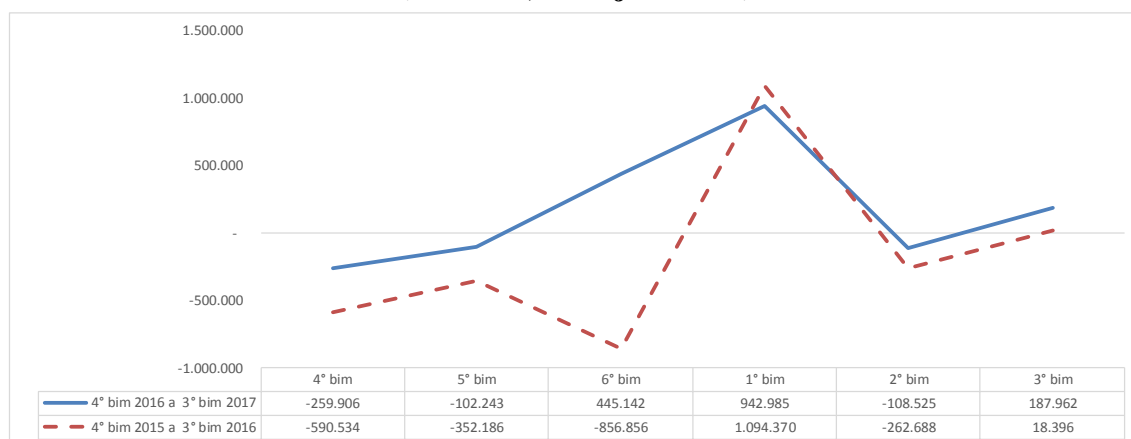
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Resultado Primário

Esta parte do Boletim destina-se a análise do resultado primário do Estado, tendo-se utilizado para esse fim os dados do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) divulgados pela SEFAZ. Nesse sentido, optou-se por considerar o resultado sem as deduções autorizadas pela Lei de Diretrizes Orçamentária, dado que ao considerá-las pode-se concluir que a dívida pública estadual está caindo⁴, se for reportado um *superávit* primário no RREO, e, quando se analisa a dívida pública constatar o seu aumento no mesmo período⁵.

Assim, na Figura 24, são apresentados os valores dos resultados primário dos últimos seis bimestres, sendo possível constatar que, entre o 4º bimestre de 2016 e o 3º bimestre de 2017, foi registrado *superávit* primário em três bimestres. Já nos seis bimestres anteriores só foi registrado *superávit* em um bimestre. No acumulado dos seis bimestres registrou-se um superávit de R\$ 1.105 milhões, até 3º bimestre de 2017, enquanto nos seis bimestres anteriores foi registrado um déficit de R\$ 949 milhões.

Figura 24: Resultado primários dos Seis últimos bimestres (R\$ 1.000,00 de jun./2017)



Fonte: SEFAZ.

Quanto ao resultado primário acumulado nos três primeiros bimestres de 2017 constata-se, com a ajuda da Figura 25, que o superávit observado em 2017 está significativamente acima do verificado em 2016, sendo o maior resultado primário no

⁴ Como pode ser observado na Tabela abaixo o resultado primário de 2014 foi um superávit de R\$ 606 milhões, sem as deduções o resultado seria um déficit de \$1.773 milhões. Porém, a dívida teve um incremento de R\$ 2.249 milhões entre 2013 e 2014. Como pode-se observar a variação da dívida entre 2013 e 2014 não é compatível com o superávit primário reportado no RREO do 6º bimestre de 2014. É interessante observar que esse mesmo argumento é válido para o ano de 2015.

Resultado primário com e sem Deduções previstas (R\$ 1.000,00 de Abr./2017)

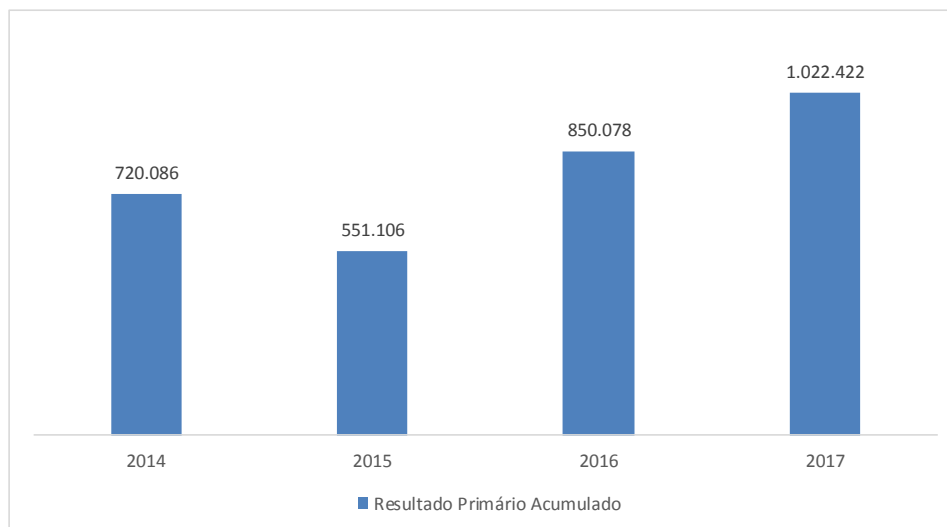
Ano	Resultado	Resultado sem Deduções	Dívida
2013	-	-	4.987.278,04
2014	606.263,97	-1.773.140,67	7.236.943,40
2015	571.447,54	-1.247.480,44	10.068.966,41
2016	1.882.802,54	932.331,69	7.861.486,99

Fonte: SEFAZ

⁵ Além disso a adoção das deduções inviabiliza análises comparativas com períodos em que elas não foram adotadas.

primeiro semestre dos últimos quatro anos. Quanto ao resultado de 2017 deve-se frisar que ele está acima da meta estabelecida para o ano que é de R\$ 460,2 milhões, de acordo com o RREO do 3º bimestre de 2017.

Figura 25: Resultado Primário Acumulado até o Segundo Bimestre (R\$ 1.000,00 de jun./2017)



Fonte: SEFAZ.

Cenário Macroeconômico e Perspectivas

A análise do cenário macroeconômico atual consiste basicamente no acompanhamento das medianas das expectativas de mercado apresentadas semanalmente no Boletim FOCUS do Banco Central do Brasil para o ano corrente. No caso, são consideradas seis variáveis que potencialmente podem trazer mais repercussões sobre as finanças estaduais, quais sejam: (i) PIB (% do crescimento); (ii) Produção Industrial (% do crescimento); (iii) IPCA (%); (iv) Meta Taxa Selic - fim do período (% a.a.); (v) Taxa de Câmbio - fim do período (R\$/US\$); e (vi) Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB). Adicionalmente, outros indicadores podem ser incluídos para dar suporte à argumentação desenvolvida, principalmente aqueles apresentados no Farol da Economia Cearense, divulgado mensalmente pelo IPECE⁶. Os dados referentes ao acompanhamento semanal das referidas variáveis são apresentados na Figura 26.

Considerando primeiramente o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, as previsões medianas dos analistas de mercado iniciaram o ano com expectativas de uma evolução de 0,50% para o indicador. Até meados do mês de abril, as previsões apresentaram um ligeiro viés de baixa, e depois passaram crescer, voltando ao patamar inicial no início de julho. Contudo, com o aprofundamento da crise política, as previsões passaram a ser menos otimistas, chegando ao nível de 0,34%, que tem sido mantido nas últimas semanas. É importante ressaltar que essa expectativa é compatível com as projeções mais recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI)⁷, que estimam um crescimento de 0,3% para a economia brasileira em 2017. Assim, apesar de todas as incertezas, ainda há a expectativa de que o ciclo de queda da atividade econômica, observado nos últimos dois anos, seja interrompido neste ano.

Essa expectativa de crescimento da economia tem sido parcialmente corroborada por outros indicadores, como é o caso do Índice de Atividade Econômica do Banco Central. No caso, foram verificadas taxas de variação positivas na comparação dos cinco primeiros meses de 2017 com os cinco últimos meses de 2016, tanto para o Brasil (+1,03%) como para o Ceará (+0,25%). Por outro lado, na comparação do acumulado do ano de 2017 com o acumulado do ano de 2016 (até maio), as taxas de variação ainda são negativas (sobretudo no caso do Ceará, com uma redução de 2,25%)⁸.

Assim, para que as expectativas de crescimento se verifiquem de fato, espera-se que a economia do País e a local reajam mais significativamente no segundo semestre. Entretanto, ainda existem entraves importantes para essa recuperação. Como exemplo, é possível citar a queda dos investimentos do Governo Central, cujo acumulado do ano (até maio) foi de apenas 0,39% do PIB, além do elevado nível de endividamento das famílias, que reduz a sua capacidade de consumo⁹.

Essa relativa confiança do mercado em se obter melhores resultados na economia também vinha se verificando no que se refere especificamente à produção industrial, cujas medianas das previsões para 2017 demonstraram um crescente otimismo até meados de maio. Entretanto, diante de maiores níveis de incerteza, essas expectativas foram revisadas para baixo até meados de junho. As últimas previsões, apesar das

⁶ Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/index.php/farol-da-economia-cearense>

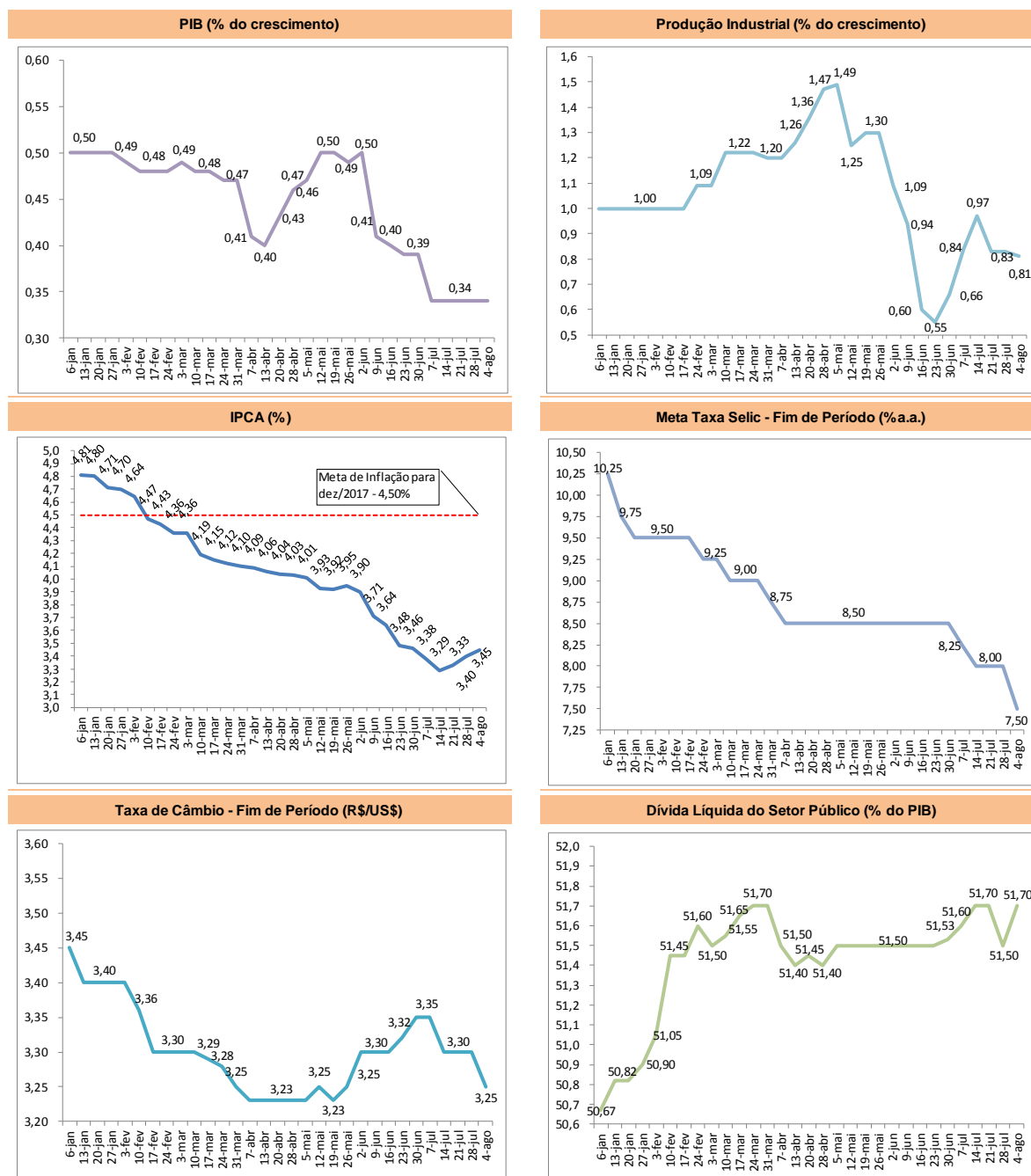
⁷ Conforme o *World Economic Outlook*, de Jul. 2017, do FMI (ver o Farol da Economia Cearense de Julho/2017, p. 1).

⁸ Ver o Farol da Economia Cearense de Julho/2017, p. 3-4.

⁹ Ver o Farol da Economia Cearense de Julho/2017, p. 5, 6 e 21.

oscilações verificadas, têm sinalizado para resultados razoavelmente significativos, com um crescimento estimado em 0,81% para este ano (de acordo com o Boletim Focus de 04/08/2017).

Figura 26: Acompanhamento do cenário macroeconômico com base nas expectativas de indicadores selecionados do Boletim FOCUS para 2017



Fonte: Boletim FOCUS-BACEN. Elaboração: IPECE.
Obs.: Atualizado até o boletim de 04/08/2017.

É importante ressaltar que o quadro de incerteza afeta as decisões de investimento dos empresários do setor industrial. Conforme o indicador de confiança medido pelo IBRE-FGV tem-se que, apesar de ainda permanecerem pessimistas, os empresários têm

apresentado uma melhoria em suas expectativas nos últimos meses, especialmente no que se refere à performance do setor no próximo ano¹⁰.

Desta forma, de acordo com o exposto até o momento, tem-se que se houver a interrupção do ciclo de quedas da atividade econômica e da produção industrial, especialmente no segundo semestre deste ano, então, será possível esperar que as finanças públicas estaduais apresentem resultados mais satisfatórios. No caso, se a indústria e a economia brasileira e do Ceará continuarem com essa perspectiva de crescimento, poderá haver um paulatino aumento da arrecadação do ICMS, bem como das transferências dos recursos provenientes do FPE em decorrência da maior arrecadação de impostos federais (como, por exemplo, o IPI) no Estado.

Considerando agora as expectativas dos especialistas de mercado no que se refere à taxa de inflação, medida pelo IPCA, verifica-se que 2017 iniciou com uma previsão de 4,81% para o indicador no final do ano. Até meados de julho, as expectativas foram consistentemente reduzidas para baixo. Já nas últimas semanas, os valores esperados foram ligeiramente revisados para cima, atingindo o patamar de 3,45% no último Boletim Focus disponível.

Atualmente, a inflação acumulada nos últimos 12 meses está em 3,00%, tendo ocorrido uma deflação de 0,23% em junho¹¹. É possível que essa taxa acumulada ainda continue a cair por um tempo, mas que ela sofra uma maior aceleração nos últimos meses do ano, o que poderá ser, pelo menos em parte, uma decorrência do esperado aumento da atividade econômica. De toda forma, a sua manutenção em níveis abaixo do centro da meta de 4,5% é um fator positivo para o quadro atual, pois, abre espaço para que a taxa básica de juros da economia continue a cair.

De fato, na última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) a meta da taxa SELIC sofreu nova redução, atingindo o patamar de 9,25% a.a. E os especialistas de mercado esperam que ela continue a ser reduzida, tanto que no Boletim Focus de 04/08 a previsão é que essa taxa chegue a 7,50% ao final de 2017.

Assim, as previsões de inflação abaixo da meta e de taxas de juros menores são elementos que conferem, por um lado, certa estabilidade ao cenário econômico atual, já que por outro lado há fatores de incerteza relevantes e que não podem ser desconsiderados (e.g., descontrole das finanças públicas do Governo Federal e de vários estados e municípios, endividamento das famílias, as reformas trabalhista e da previdência, dentre outros).

É importante enfatizar que esses fatores de estabilidade podem ajudar na recuperação da economia e, em específico, de setores que dependem do crédito e das expectativas dos agentes, como a construção civil e o comércio de bens duráveis. Desta forma, se esse quadro se concretizar, também é possível esperar potenciais elevações na arrecadação e nas transferências via FPE ao longo do ano. Ademais, deve-se ressaltar que a redução da taxa de juros também pode ter um impacto significativo sobre o pagamento de juros, cuja redução pode auxiliar o Governo do Estado no controle de suas contas.

Os especialistas de mercado, segundo as previsões mais recentes, também vêm acreditando que a taxa de câmbio deve terminar o ano em um patamar inferior ao que foi previsto inicialmente, estabilizando-se em torno de R\$ 3,25 por US\$ 1,00. Se essa

¹⁰ Ver o Farol da Economia Cearense de Julho/2017, p. 20.

¹¹ Ver o Farol da Economia Cearense de Julho/2017, p. 7.

expectativa se confirmar, tem-se mais um fator positivo e que confere estabilidade ao cenário atual, pois, facilita o controle da inflação e tem o potencial de reduzir os pagamentos de juros e amortizações da dívida pública contratada em Dólar o que, por sua vez, afeta positivamente o fluxo de caixa e controle das contas do Brasil e do estado do Ceará.

Finalmente, no que se refere à dívida líquida do setor público, as previsões sinalizam para uma elevação da mesma, atingindo um patamar em torno de 51,7% do PIB em 2017, conforme as expectativas registradas na última semana. Em 2016, este percentual foi de 46,2%, o que indica que os especialistas ainda esperam um crescimento significativo do endividamento do setor público, apesar da expectativa de queda da taxa de juros básica da economia e da taxa de câmbio. Esse é um indicador importante, que deve ser acompanhado cuidadosamente, pois, o seu crescimento intenso pode trazer repercussões importantes para o controle das contas e para a capacidade de realização de investimentos pelo setor público. O elevado endividamento, também, pode, em algum momento, impedir reduções mais significativas da taxa de juros básicas se o mercado acreditar que o setor público, e em particular, o Governo Federal não for capaz de honrar adequadamente os seus compromissos com juros e amortizações.

Portanto, em síntese, tem-se que a análise das previsões dos principais indicadores macroeconômicos permite concluir que os especialistas de mercado, de maneira geral, permanecem razoavelmente otimistas em relação à performance da economia brasileira em 2017 em comparação com os dois anos anteriores, apesar da incerteza elevada decorrente da crise política e de outros fatores. Se a economia apresentar sinais mais claros de recuperação nos próximos meses, abre-se, então, a perspectiva de melhorias nas finanças públicas federais e, principalmente, nas do Ceará, pois, já se encontram em melhor situação relativa que as do País.